CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1183/73

PARECER CEE N° 2397/73
Aprovado por Deliberação
de 12/11/73

INTERESSADO: Carlos Eduardo de Souza

ASSUNTO : Consulta do Colégio "São José", de São José do Rio Preto sobre regularização de vida escolar (Processo DRE-VIII-n° 1510/73)

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

RELATOR : Cons. João B. Salles da Silva

1. HISTÓRICO

1.1 - Carlos Eduardo de Souza estudou e obteve aprovação no 1° semestre do Curso de Monitores Agrícolas do Colégio Técnico Agrícola de Votuporanga e transferiu-se para a 6ª série do ensino regular de 1° grau do Colégio "São José", de São José do Rio Preto. Completou, antes, o ensino primário de 4 anos.

1.2 - A direção desta unidade escolar solicitou informações da 2ª Delegacia do Ensino Secundário e Normal de São José do Rio Preto, a fim de dirimir dúvidas quanto à equivalência de estudos.

1.3 - O Senhor Delegado informa que o aluno, no Colégio Técnico Agrícola de Votuporanga, cursou todas as disciplinas obrigatórias nos termos da Lei 4024/61 mas o semestre que frequentou durou apenas 108 dias letivos e não os 180 exigidos pela legislação vigente.

1.4 - O processo foi encaminhado à VIII Divisão Regional de Educação que opinou sobre o caso, apresentando como um problema a ser resolvido, o fato da exigência legal de 180 dias letivos para cada série do ensino de 1° grau. Sugere, por essa razão, que o Processo seja encaminhado ao Conselho Estadual de Educação o que foi feito consoante os tramites normais.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - Em 1972, Carlos Eduardo de Souza estudou e obteve aprovação no 1° semestre do curso de Monitores Agrícolas do Colégio Agrícola de Votuporanga, tendo estudado Português, Matemática, História, Geografia, Ciências Físicas e Biológicas, Desenho, Agricultura e Escola Fazenda (Prática Profissional).

2.2 - Frequentou 42 horas/aula semanais durante 108 dias letivos (fls. 6 e 12) perfazendo um total de 756 horas no semestre.

2.3 - O curso em apreço, instituído pela Deliberação CEE n° 2/71, foi considerado como curso de aprendizagem de conformidade com o artigo 9° da mencionada Deliberação, sendo nele admitidos jovens com a idade mínima de 14 anos.

2.4 - Para efeito de prosseguimento de estudos, a Deliberação CEE n° 2/71, determina que se deveria aplicar ao curso de "Monitor Agrícola"

o disposto no parágrafo único do artigo 51 da Lei 4024/61, alterado em sua redação, pelo Decreto-Lei nº 937, de 13/10/69.

2.5 - O parágrafo único, artigo 21, da Lei Federal 5692/71, considerou a possibilidade de equivalência de estudos do ensino supletivo - cursos de aprendizagem - relativamente ao ensino regular.

2.6 - O artigo 12, alínea "b", da Deliberação CEE nº 30/72, permitiu a organização de cursos de aprendizagem intensivos de dois' anos letivos, pelo menos, o que significa ter para cada semestre, conforme a carga horaria, a equivalência de uma série do ensino regular.

2.7 - O artigo 18, da Lei Federal nº 5692/71, determina que anualmente, para o ensino de 1º grau, deverão existir 720 horas de atividades.

2.8 - O curso feito pelo interessado abrangeu 756 horas de atividades, atendendo às disposições legais.

2.9 - O elenco de disciplinas é similar ao do ensino regular.

2.10 - Existe jurisprudência já formada por este Egrégio Conselho quanto ao aproveitamento dos estudos realizados em cursos de aprendizagem para fins de equivalência quanto à conclusão e prosseguimento de estudos no ensino regular.

3 - CONCLUSÃO:

A vista do exposto, votamos pela equivalência dos estudos realizados por Carlos Eduardo de Souza no Colégio Técnico Agrícola de Votuporanga a nível da 5ª série do ensino do 1º grau Revendo portanto ser convalidados sua matricula na 6ª série do Colégio "São José", de São José do Rio Preto e os demais atos escolares por ele praticados.

São Paulo, em 03 de outubro de 1973.

a) João B. Salles Silva - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a Conclusão do voto no nobre Conselheiro, estando presentes os nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada L. Monteiro e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1973.

a) Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar-Presidente

Aprovado por unanimidade na 525ª Sessão Plenária,
hoje realizada.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de novembro de 1973.

a) José Borges dos Santos Júnior - Presidente